

Ao ler a matéria da coluna Cleber Toledo sobre as falas do Ex-Presidente da UnirG Sávio Barbalho, venho informar a priori que a matéria não foi uma imposição da Câmara Municipal no final do ano de 2023. O Ex-presidente que diga-se politicamente em Gurupi só coleciona derrota, esqueceu de comunicar que foi a Reitora Sara Falcão que ainda no ano de 2023 convidou os Vereadores na sala do Gabinete da Prefeita Municipal pedindo fiscalização dos próprios colegas professores da UnirG com dedicação exclusiva (professores que recebem 30% a mais no salário). O Projeto de alteração da lei orgânica foi o resultado das discussões e levantamento de documentos durante o ano de 2023 até seu protocolo em dezembro de 2023.

O Ex-presidente da UnirG atribui críticas a Prefeita Josi Nunes, que em nenhum momento participou da elaboração da proposta, pois foi matéria apresentada pelos 15 Vereadores, que, ao final, restou somente aprovada a escolha do Reitor e Vice-Reitor através de lista triplíce de docentes da casa com 5 anos de carreira e no mínimo titulação de mestre, que é matéria pacificada na jurisprudência do STF como constitucional.

O que não nos assusta é a retórica de uma minoria de professores encabeçada por Savio e sua “trupe” que para esconder a intenção de monopolizar a política institucional e regalias dentro da UnirG (como: gratificações, aumento de carga horária, pouca produtividade junto a CAPES/CNPQ, contratação temporária de parentes e pagamento de comissões) nos últimos anos, não apenas colaboraram para o aumento do índice de gasto com pessoal obrigando o aumento das mensalidades, ocasionando por consequência, o esvaziamento dos cursos, tornando inacessível a UnirG para muitos gurupienses, eis aí um dos vários motivos da nossa revolta.

Recentemente o CEE/TO visitou a UnirG e uma das críticas foi justamente nossa pouca produção científica, e a crítica do Parlamento foi justamente o que justifica a atual gestão, com mais de 100 mestres e doutores, possuir uma baixa produção científica, principalmente na plataforma CAPES/CNPQ? E, para piorar, aproximadamente 25 professores recebem 30% a mais nos salários. Para quê? Por quê?

Além dos esvaziamentos dos cursos e fechamento de novas turmas para os cursos de enfermagem e engenharia no ano 2024/1 por falta de alunos, o que eles fizeram para mudar o quadro dos cursos com baixa demanda na UnirG?

Quando o Ex-presidente fala em “olho gordo”, ele esqueceu de falar também que dos aproximadamente R\$ 22 milhões arrecadados com o processo de revalidação, grande parte desse recurso foi utilizado para pagamento de direitos represados dos servidores e docentes, o que inclui do Ex-presidente e seus colegas, então, quem teve “olho gordo” nos recursos não foi a Prefeita, nem os Vereadores.

A UnirG foi criada para os Gurupienses que hoje infelizmente se veem longe dela pelo valor cobrado nas mensalidades em relação às suas concorrentes. Não adianta sustentar o discurso de uma universidade com bons professores que temos com salas vazias. Para a Câmara de Vereadores, é seu dever fiscalizar o erário e o modelo atual atrasou o desenvolvimento da UnirG, piorou nossa avaliação interna e externa e, se não fossem as forças políticas, dificilmente conseguiria o credenciamento como universidade, isto eles não falam.

Encerro, em nome dos colegas Vereadores, para rechaçar o Ex-presidente sobre o processo de Revalidação de Diplomas, uma celeuma desnecessária criada por ele e pelo Conselho Superior, que levaram pessoas ao desespero, prejuízos e alguns ao suicídio. Pais, filhos e familiares chorando na Câmara Municipal, amplamente divulgados em redes sociais, principalmente ao criar regras não previstas pelo MEC. O que a Câmara interveio foi para seguir as regras do MEC, concluir os processos com sentença confirmando as decisões liminares, e que a exigência de trânsito em julgado apenas causou transtornos e prejuízos e não retirou de ninguém o direito ao apostilamento, todos concluídos desde outubro de 2023.

O que justifica mais de 600 dias um único processo de revalidação? Qual o tamanho do prejuízo causado à Fundação UnirG todo esse tempo? Quantos processos de revalidação já teriam sido entregues se somente seguissem as normativas do MEC? Quantos milhões deixaram de ser arrecadados nesses mais de 600 dias?

Encerro definitivamente que esta Câmara tem total liberdade para tomar suas decisões, seja construindo com Executivo ou independente dele. A UnirG um dia teve como foco os alunos, a comunidade acadêmica, os gurupienses, o desenvolvimento regional. Ela passou a fazer parte de um grupo muito interessado no modelo velho, sem discussão e sem a presença de democracia participativa no processo de escolha.

A lista tríplice é somente um processo de escolha. Os eleitores são: docentes, discentes e comunidade acadêmica. Nossa mágoa é que a UnirG perdeu uma grande oportunidade de arrecadação com a revalidação de diplomas, e que graças ao Ex-presidente Sávio e a atual gestão, a eles, exclusivamente a eles hoje a revalidação de diplomas a nível de Brasil está limitada ao quantitativo de vagas de medicina que a instituição revalidadora oferece! Quem deu causa às mudanças no MEC? A pergunta que todos os gurupienses fazem é: por que agora a lista tríplice é o problema? Por que eles não explicam para todos, de forma transparente e sem mentiras escondidas atrás de discursos político-partidários (já que esse pequeno grupo tomou decisão política de apoiar o deputado estadual Eduardo Fortes a Prefeito de Gurupi)? Por que o MEC não autorizou a abertura da Plataforma Carolina Bori para o segundo processo de revalidação de diplomas? A Câmara não tem medo, não recuará e continuará cumprindo com seu papel legal, constitucional e regimental na fiscalização do erário, doa a quem doer!

Vereador Ivanilson Marinho - PL